

A Grande Estratégia: mudanças de modos e meios pelas Operações de Informação e a ameaça aos interesses brasileiros e argentinos

The Grand Strategy: changes in ways and means due to Information Operations and the threat to the interests of Brazil and Argentina

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a Grande Estratégia dos Estados pela capacidade de Operações de Informação. Inicialmente, a análise enfoca o papel tradicional de modos, meios e fins com poder militar na interação constante entre os Estados e a ameaça à sua existência. A segunda parte detalhará as mudanças nos modos e meios das ameaças transnacionais e dos *global commons*, sob o efeito da tecnologia globalizada e dos conceitos vulneráveis à zona cinzenta e à narrativa. Um terceiro ponto de análise são os modos e os meios da grande estratégia dos principais Estados do mundo em multidomínio e influência, que envolve o uso extensivo de Operações de Informação em uma grande competição. Por fim, as conclusões apontam para o fato de que a manutenção dos interesses nacionais em países como o Brasil e a Argentina exige a adaptação de uma doutrina estratégica militar de multidomínio e o uso extensivo das Operações de Informação como base de sua grande estratégia.

Palavras-chave: grande estratégia; operações de informação; global commons; multidomínio; ameaças transnacionais.

Abstract: The objective of this work is the analysis of the Grand Strategy of the States by the capacity of Information Operations. Initially, the analysis focuses on the traditional role of ways, means and fins with military power in the constant interaction between States, the threat to its existence. In a second moment, the changes in the ways and means of transnational threats and the global commons will be detailed, under the effect of globalized technology and concepts vulnerable to the gray zone and the narrative. In a third point of analysis are the ways and means of the grand strategy of the main world states in multidomain and influence, which implies an extensive use of Information Operations in a great competition. Finally, the conclusions point out that the maintenance of the national interests of countries such as Brazil and Argentina require the adaptation of multi-domain military strategic doctrine with extensive use of Information Operations as the basis of its grand strategy.

Keywords: grand strategy; information operations; global commons; multidomain; transnational threats.

Márcio Saldanha Walker 

Exército Brasileiro. Ministério da Defesa.
Brasília, DF, Brasil.
walker22ms@yahoo.com.br

Horacio Sánchez Mariño 

Ministério de Defesa. Escola Superior de
Guerra Conjunta das Forças Armadas.
Buenos Aires, Capital Federal, Argentina.
hsanchezmarino@esgcfaa.edu.ar

Recebido: 7 set. 2022

Aprovado: 19 abr. 2023

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 INTRODUÇÃO

As questões de segurança nacional podem não ter um consenso em nível global sobre a organização anárquica dos Estados, mas as ameaças existem. A Grande Estratégia dos Estados vincula valores explícitos a modos, meios e fins. No entanto, as soluções não são claras e o recurso de Operações de Informação é apresentado como parte de uma grande estratégia militar para lidar com os novos fenômenos da guerra realista de multidomínios. O Brasil e a Argentina são geopoliticamente os maiores países da América do Sul, mas isso não representa um potencial de defesa, pois os avanços tecnológicos nos recursos de informação desafiam a capacidade de defesa em relação aos interesses das potências mundiais.

O estudo contemporâneo da Grande Estratégia gera debates sobre sua definição. A Grande Estratégia pode ser entendida como parte da política externa, enquanto, em oposição a essa visão, outros acreditam que ela engloba a política externa, a doutrina militar e as táticas. O pressuposto convencional é que a Grande Estratégia vincula valores explícitos de modos e meios. No entanto, não há consenso sobre o significado, pois ele permite incorporar dimensões econômicas e institucionais aos fins ou estender a análise a ameaças não tradicionais, como mudanças climáticas, pandemias e segurança econômica (BALZACQ; DOMBROWSKI; REICH, 2019).

Em geral, a análise tradicional da Grande Estratégia de um país tem dois modos: o primeiro é uma abordagem de segurança nacional e global, com foco exclusivo na força, nas relações e nas ameaças militares. Uma segunda visão tem uma concepção de estratégia que faz distinção entre política externa e de defesa e não abrange totalmente as questões diplomáticas, econômicas, sociais e culturais (MILANI; NERY, 2019).

No entanto, a organização realista das forças armadas, direcionada a ameaças estatais e fins específicos, é constantemente ameaçada pela mudança do curso dos eventos transnacionais. A essência do poder militar tradicional é desafiada por novos atores que fundiram a mídia com a população e transcenderam as fronteiras dos Estados. Os avanços tecnológicos e os novos domínios de guerra criaram um nevoeiro de informações diante de atores estatais como os Estados Unidos, o Reino Unido, a Rússia e a China, com novas ferramentas estratégicas de multidomínio e atores não estatais com novas técnicas de ameaça à segurança da informação.

O cenário estratégico do Brasil e da Argentina, atores geopolíticos regionais no continente do Atlântico Sul, demonstra que os modos de ameaça são mais complexos do que os anteriores, pois terão de enfrentar ameaças de caráter sutil, multipolar e indefinido em termos de informação e influência. As ameaças podem ser estatais e transnacionais, físicas ou não, um fenômeno com lacunas e interesses comuns. Nesse cenário, as potências mundiais atualizaram suas políticas de defesa por outros meios e incluíram conceitos relacionados ao poder militar da informação. O poder militar dos Estados regionais enfrenta o desafio de atualizar a interação da competição de forças de multidomínios entre os Estados. Então, como a Grande Estratégia tradicional dos fins é afetada pelas mudanças nos modos e meios de informações de multidomínio?

A seguir, analisaremos como os interesses tradicionais do Estado podem ser desafiados pelo universo da competição militar multidomínio em uma Grande Estratégia de Operações de Informação que pode afetar os interesses do Brasil e da Argentina.

2 A DEFESA REALISTA E OS FINS DO PODER MILITAR

A origem filosófica do poder militar geopolítico de um Estado está em sua identidade realista dos fins. “Estado é aquela comunidade humana que, em um determinado território (o ‘território’ é um elemento distintivo), reivindica (com sucesso) para si o monopólio da violência física legítima” (WEBER, 1967, p. 83; tradução nossa). As teorias realistas das relações internacionais fundamentam a existência dos Estados e o jogo permanente de competição por espaço e poder.

De uma perspectiva geopolítica realista, a projeção de fatores de poder (militar, econômico, político, psicossocial) é concebida como um jogo de interesses de poder entre os atores no sistema geopolítico mundial; e sua ação tende, no mínimo, a manter ou melhorar sua posição relativa no cenário mundial às custas de outros atores.

De acordo com Hobbes, a essência do Estado consiste em: “uma entidade cujos atos unem grande multidão, por acordos mútuos, feitos entre si, foi instituída por cada um como autor, com o propósito de usar a força e os meios de todos, conforme julgar conveniente, para garantir a paz e a defesa comuns” (2005, p. 141; tradução nossa).

Para o realismo geopolítico dos fins, a referência da segurança será a integridade territorial do Estado, uma vez que é o Estado que pode, com base em sua posição no sistema, preservar os interesses da nação e, com eles, o bem-estar da sociedade. O propósito central da política de segurança de um Estado deve ser o de ter todos os meios e recursos necessários à sua disposição para preservar os interesses da nação, a fim de manter a integridade e proteger de ameaças seus interesses prioritários (MØLLER, 1996).

Cada Estado organiza seu poder coercitivo de forma a garantir a ordem interna de suas instituições e manter seu *status quo* em relação à influência de outros Estados, sua defesa. Na abordagem racionalista, os Estados são os atores detentores do poder, que buscam meios para realizar seus interesses materiais e concretos em um ambiente internacional anárquico, com os aspectos de poder voltados para garantir seu *status quo ante bellum* (MORGENTHAU, 2003). Assim, a defesa do Estado sempre esteve ligada à existência de um poder militar que a sustente.

A construção da ordem política dos Estados, interna ou externa, pode ser conhecida pelas características de alguns dos autores que a definiram, como Hobbes com o Estado absoluto, Locke com a monarquia parlamentar, Montesquieu com o Estado limitado, Rousseau com a democracia, Hegel com a monarquia constitucional (BOBBIO, 1996). Em todas as situações, o Estado tem sua essência na constituição de um poder militar, mesmo na democracia, “no sentido geral de poder e da possibilidade de impor a própria vontade sobre o comportamento alheio, a dominação pode assumir as mais diversas formas” (WEBER, 1964, p. 696; tradução nossa). Isso ocorre porque o interesse do Estado, em termos de sua sobrevivência como um Estado soberano, predomina.

No contexto da soberania, os modos de formação do Estado absoluto ocorrem por meio de um processo duplo de concentração e centralização do poder em um determinado território. Por concentração entende-se o poder de criar leis, de jurisdição, de usar a força no país e no exterior e de impor impostos. A centralização refere-se ao processo de eliminar ou desautorizar sistemas jurídicos inferiores como cidades, corporações e sociedades privadas, que sobrevivem devido à tolerância do poder central (BOBBIO, 1996).

No entanto, é da natureza do Estado sobreviver em um mundo competitivo e o poder soberano pode ser ameaçado por outros meios na escala multidomínio do poder militar. O uso do poder, com modos e meios para garantir sua soberania ou interferir na soberania de outros Estados, pode ser classificado pela definição do geopolítico Bernard Cohen (2015): grandes potências, Estados de primeira ordem com capacidade e ambição de expandir sua influência para além das regiões em que estão situados (Estados Unidos, Rússia, China, Alemanha e Japão); potência regional, Estados de segunda ordem em competição e com alcance geopolítico regionalmente restrito (França, Reino Unido, Índia, Brasil, Irã, Turquia e Austrália); Estados de terceira ordem, que têm apenas um único tipo de capacidade de influenciar seus vizinhos (Ucrânia, Coreia do Norte, Colômbia, Chile e Argentina); os demais Estados são de quarta ou quinta ordem.

Devido à essência dos Estados e à natureza das relações internacionais voltadas para fins específicos, os conflitos de interesses estatais continuarão a perturbar o cenário internacional. A visão realista é que qualquer tentativa de garantir um sistema de segurança coletiva no mundo, com a anulação do poder militar, está fadada ao fracasso devido à impossibilidade de congelar o *status quo* em um sistema internacional competitivo entre os Estados. (MORGENTHAU, 2003). De uma perspectiva realista, a projeção de fatores de poder será cada vez mais caracterizada por um desempenho multidominante do poder militar. A projeção dos fatores de poder (militar, econômico, político, psicossocial) é vista em sua totalidade, mas, acima de tudo, de forma realista. Toda interação entre os atores no sistema geopolítico global está sujeita a um jogo de poder, porque ele é entendido como o poder de ditar leis, o poder jurisdicional, o poder de usar a força no país e no exterior.

Diante do exposto em relação aos fins, a escola realista de defesa continua sendo importante no atual contexto estratégico do Brasil e da Argentina, além do poder militar dos Estados considerados grandes potências como eixo das ações dos atores internacionais. No entanto, será que a visão realista, as fronteiras soberanas, a segurança das pessoas e os aspectos militares conseguem acompanhar as mudanças nos modos e meios de informação e os cenários multidomínio transnacionais?

3 A TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS MODOS E MEIOS DE AMEAÇAS

Desde 11 de setembro de 2001, o status geopolítico das ameaças aos Estados é pura incerteza. Novos fenômenos, como a globalização e a transnacionalização dos meios, estão ameaçando as fronteiras além dos Estados absolutos. Em termos de modos, a estratégia tradicional precisa ser substituída por uma Grande Estratégia que exija a participação de diferentes atores em diferentes áreas da estrutura de poder na formulação dessas políticas estatais. De acordo com Buzan (1991), as ameaças não são apenas militares, mas também políticas, econômicas, ambientais e sociais, o que pode determinar uma abordagem holística das ameaças além do conceito tradicional de defesa militar do Estado.

De acordo com Nina Silove (2018), há uma tendência geral de usar o termo Grande Estratégia de forma inconsistente. Ela identifica três usos de Grande Estratégia que chama de grandes planos (um plano de ação deliberado e intencional), grandes princípios (coordenadas conceituais) e grandes comportamentos (um padrão estabelecido de comportamento ou prática). A formulação de Silove é importante para o propósito dos modos de destacar a relação entre os

fins articulados de um Estado, seu planejamento estratégico e seu comportamento na tentativa de implementar a Grande Estratégia. Assim, a mudança no comportamento social transnacional provocada pela informação dos meios pode afetar a forma tradicional da Grande Estratégia.

Liang e Xiangsui (1999, p. 130) já disseram que há uma guerra por outros meios, combinada com ameaças além das fronteiras do Estado, que reunirá e misturará mais meios para resolver um problema em um âmbito mais amplo do que o problema em si. Para os realistas, quando a segurança nacional é ameaçada, a resposta não é simplesmente uma questão de selecionar meios militares. Entretanto, hoje em dia, considerando as questões da guerra de informações, o significado da palavra país em termos de nacionalidade ou geografia não é mais do que um pequeno ou grande elo na sociedade humana.

Os países são cada vez mais afetados por organizações regionais ou globais, como a União Europeia, a ASEAN, a OPEP [...] e a maior de todas, as Nações Unidas. Além disso, um grande número de organizações multinacionais e organizações não estatais de todas as formas e tamanhos, como corporações multinacionais, associações comerciais, organizações pacifistas e ambientais, o Comitê Olímpico, organizações religiosas, organizações terroristas, pequenos grupos de hackers etc., são lançadas a torto e a direito no caminho de um país. Essas organizações multinacionais, não estatais e supranacionais constituem um sistema de poder global em formação. (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 130; tradução nossa)

As crises que surgirão em cenários futuros serão mais complexas do que as anteriores, pois as ameaças terão de ser enfrentadas por outros modos e meios mais sutis, multipolares e indefinidos, sem a necessidade de categorizar o estado de guerra ou paz de um Estado (VERGARA; TRAMA, 2017). Esse fenômeno de conflito que não é nem guerra nem paz, ou seja, preto ou branco, foi definido como uma zona cinzenta onde não é fácil distinguir quem, o que ou como os Estados se relacionam entre si. A diferença entre segurança e defesa ficou indefinida. Como Cha aponta, “a globalização cria uma interpenetração dos assuntos externos e internos [...] essa abordagem ‘interexterna’ da política de segurança está relacionada à transnacionalização das ameaças” (2000, p. 397; tradução nossa). Nesse cenário, os interesses do Estado são relativizados pela narrativa e há uma constante competição invisível por espaço e poder.

Exemplos de modos e meios de ameaça transnacional incluem a competição por espaços fora de uma jurisdição nacional, denominados *global commons* (SANDLER, 1992). A possibilidade de um consenso global das potências mundiais sobre espaços comuns é questionada pelos autores. Brzezinski (2012) explica que os Estados Unidos terão dificuldade em assumir a liderança na proteção e no gerenciamento de boa-fé dos *global commons*, como a mudança climática, porque não têm o poder necessário diante dos interesses geopolíticos da Rússia e da China. Na Guerra de Informação, a análise dos recursos geopolíticos transcende o espaço geográfico sob o domínio dos Estados, estendendo o estudo para áreas comuns ou áreas sem domínio espacial definido, e os meios de ação militar abrangem uma natureza multidomínio.

A gestão dos *global commons*: mar, espaço, segurança hídrica e meio ambiente, é um tema atual, que propõe uma agenda internacional relacionada a esses fins. A Antártida é um exemplo de

espaço comum que contém interesses transnacionais. Sete países fizeram reivindicações de soberania desde o Tratado da Antártida de 1959: Reino Unido – Austrália – Nova Zelândia – França – Noruega – Argentina – Chile. No entanto, a Antártida tecnicamente não pertence a ninguém e, de acordo com a Estratégia de Defesa (AUSTRÁLIA, 2020), o meio ambiente pode incluir conflitos entre Estados e a realização de atividades militares secretas na zona cinzenta dos conflitos. Nesse sentido, as ameaças desafiam o Tratado da Antártida para a luta pela soberania, a não militarização da Antártida e o compromisso de manter o Protocolo sobre Proteção Ambiental (1991) que prevê a proteção ambiental e proíbe a mineração e a extração de petróleo.

Enquanto isso, por meio da Guerra de Informação, os modos de ameaças podem vir da percepção de que grandes áreas de recursos naturais estão sendo rotulados como *global common* para a justa causa ambiental da humanidade. Esse seria o caso da Amazônia entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia; ou da Patagônia argentina e/ou chilena, com presença britânica parcial (BORRELL, 2020). A América do Sul abrange uma variedade de regiões biogeográficas ameaçadas pelos interesses de outros Estados, sendo seus principais recursos a energia, a água doce, os alimentos e o mar epicontinental. O continente tem as maiores extensões de florestas tropicais e selvas, além da maior biodiversidade do mundo (KOUTOUDJIAN; CURTI, 2015). Em um contexto de ameaça regional comum, Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai têm a maior reserva de água, o Aquífero Guarani, além de interesses comuns na plataforma continental do Atlântico Sul (KOUTOUDJIAN; CURTI, 2015).

De acordo com Van Creveld (2007), outro grupo importante de ameaças transnacionais por outros modos e meios são os terroristas, guerrilheiros e ladrões atuais. Essa situação se beneficia da dificuldade de se chegar a um consenso sobre a definição de segurança e defesa nacional, por ser constituída sobre bases carismáticas e não institucionais, motivadas por fanatismo ou ideologias. À medida que os conflitos de baixa intensidade se espalharem no futuro, misturando-se à possibilidade de conflitos tradicionais entre Estados, eles produzirão um colapso na estrutura trina de defesa de Clausewitz: governo, povo e exército. A diferença entre a frente e a retaguarda do Estado, como civil e militar, desaparecerá sob ameaças transversais e de informação. Nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em seu relatório de 1994, estabelece que tal situação “depende da abordagem de ameaças de fontes militares e não militares, como conflitos entre Estados, violações de direitos humanos, terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas” (OROZCO, 2006, p. 176; tradução nossa).

Outra área comum de competição é o espaço cibernético, que representa uma grande oportunidade para definir outros modos e meios de estratégia. “Os incidentes e ataques cibernéticos se tornaram uma fonte de ameaças no mundo globalizado, devido à sua capacidade de acessar sistemas de informações diplomáticos, governamentais e militares” (VERGARA; TRAMA, 2017, p. 14; tradução nossa). Há uma guerra de narrativa e influência. Os ataques são contínuos e permanentes, sem métodos, escopo e consequências (VERGARA; TRAMA, 2017). “Os ataques cibernéticos representam uma ameaça nova e crescente, com a qual a legislação internacional atual e a maioria das leis nacionais não conseguem lidar” (VERGARA; TRAMA, 2017, p. 88; tradução nossa). O ambiente de domínio interconectado expandiu as possibilidades de ameaças de informações no espaço e no tempo, determinando a fusão jurisdicional de multidomínios de interesses estatais. Os ataques não respeitam os limites dos domínios terrestre, aéreo e marítimo da guerra,

expandindo as possibilidades de relativização de fronteiras, atores ou interesses que se aproveitam do domínio cibernético.

Em uma grande competição de modos e meios, os Estados e os atores não estatais estão expandindo rapidamente seus investimentos no espaço cibernético. As ameaças operam entre populações com as quais muitas vezes compartilham uma identidade cultural ou étnica, o que dificulta a distinção entre ameaça e não ameaça. O ambiente de informações aumentou a complexidade multidomínio do emprego militar e o controle da vontade e da influência pode afetar os tomadores de decisão. Devido à ampla disponibilidade de tecnologia, o ambiente de informações tornou-se ainda mais importante para o planejamento militar, pois as forças armadas dependem dessas tecnologias (ESTADOS UNIDOS, 2016). A tecnologia militar está cedendo às possibilidades de expansão da inteligência artificial e as armas não tripuladas estão sendo cada vez mais usadas. O controle da influência e do poder da informação passou a fazer parte das considerações estratégicas das mais recentes ameaças globais comuns e transnacionais do século XXI, após a reestruturação e a retomada do poder entre os Estados ocidentais e orientais, com a China e a Rússia expandindo seu papel no jogo internacional da competição militar.

Na Guerra de Informação, portanto, as ameaças virão não apenas de grandes potências e adversários regionais, mas também de extremistas e agentes não estatais violentos e criminosos, e de ameaças como mudanças climáticas, doenças infecciosas, ataques cibernéticos e desinformação que não respeitam as fronteiras nacionais (ESTADOS UNIDOS, 2021). O caráter transnacional dos modos e meios das ameaças exige a ampliação do conceito de uso tradicional do poder militar, evoluindo para um conceito de arma multidomínio que deve envolver uma Grande Estratégia. Então, qual seria a melhor estratégia para a segurança do Estado?

4 A GRANDE ESTRATÉGIA E A MUDANÇA DE MODOS E MEIOS POR MEIO DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Os fins da identidade realista dos Estados considerados líderes mundiais levam os países a uma competição permanente de interesses comuns. Na visão realista, os meios e modos militares não são mais suficientes. A ideia de uma Grande Estratégia requer a participação de diferentes atores na formulação de políticas estatais, incorporando o fenômeno da informação ao pluralismo de atores.

A estratégia de informação experimenta a integração de outros meios de capacidade de Guerra Cibernética com Inteligência, Operações de Informação, Ciberespaço, Guerra Eletrônica e Operações Espaciais como parte de um conceito de Força-Tarefa Multidomínio enquanto Estratégia (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Para exercer sua soberania interna, ou mesmo para manter seu *status quo* diante de ameaças não estatais, cada país usa a Grande Estratégia para Operações de Informação de maneira diferente e vai além das fronteiras militares do Estado. Na Grande Estratégia, os modos usados são abrangentes, englobando uma gama variada de instrumentos de poder nacional em vez de se concentrar em um único tipo de instrumento (LAYTON, 2012).

Brasil e Argentina fizeram pouco progresso na compreensão do escopo da Grande Estratégia multidomínio da informação e da mudança de modos e meios. No contexto da concorrência global, os países periféricos podem estar sob a influência constante dos interesses das grandes

potências. No presente e no futuro, os bens comuns globais e a relativização da posse de territórios como a Floresta Amazônica e áreas do Atlântico Sul e da Antártida estão em disputa. O conflito de múltiplos domínios estabelece um desafio de influência e interesses, envolvendo a aplicação de instrumentos militares de forma holística e integrada.

O ambiente cibernético é o espaço comum de competição e o mais ativo na ameaça multidomínio, sem fronteiras e transnacional, fazendo com que os Estados pensem nas estruturas de defesa. Entretanto, não é o único instrumento militar de guerra de informações. A abordagem ocidental para a defesa cibernética, como a do Brasil ou da Argentina, geralmente se concentra em modos e meios com respostas técnicas, sem considerar a interface com a guerra de informações. “Essa abordagem é totalmente adequada para algumas ameaças persistentes ou de fundo, mas nem sempre é suficiente para uma abordagem mais abrangente e holística, como a adotada pela Rússia” (GILES, 2016, p. 22).

Por exemplo, para os EUA, as contribuições militares bem-sucedidas no multidomínio exigem a integração sustentada nos modos e meios das capacidades de operações convencionais, irregulares e especiais (ESTADOS UNIDOS, 2020c). A Federação Russa (RF) e a República Popular da China (PRC) empregam todos os instrumentos de seu poder nacional para minar e refazer o sistema internacional de modo a atender a seus interesses (ESTADOS UNIDOS, 2020a). O Reino Unido está empregando militarmente as Operações de Informação na defesa integral, aumentando a escalada da concorrência e o surgimento de crises e conflitos (REINO UNIDO, 2021).

De acordo com a estratégia dos EUA, há uma guerra irregular por outros modos, entre atores estatais e não estatais, para influenciar as populações e afetar a legitimidade. A Grande Estratégia tradicional incorporou o conceito da importância do envolvimento de outros atores além dos militares. Esse tipo de guerra favorece abordagens de outros meios, indiretas e assimétricas, embora possa empregar toda a gama de recursos militares e outros recursos para reduzir o poder, a influência e a vontade de um adversário. Inclui Operações de Informação, guerra não convencional, estabilização, defesa interna estrangeira, contraterrorismo e contra-insurgência. Os meios de atividades relacionadas, como Operações Psicológicas, operações no ciberespaço, combate a redes de ameaças, financiamento de ameaças, operações civis-militares e a cooperação em temas de segurança também moldam o ambiente de informações e outras áreas de competência e conflito centradas na população (ESTADOS UNIDOS, 2020c).

De acordo com os cenários estratégicos dos EUA, as potências mundiais estão competindo em inteligência artificial e computação quântica, o que pode moldar tudo, desde o equilíbrio econômico e militar entre os Estados até o futuro do trabalho, da riqueza e da desigualdade dentro deles. A infraestrutura de telecomunicações de próxima geração (5G) definirá o cenário para todos os aspectos das Operações de Informação. Os modos e os meios das tecnologias emergentes permanecem, em grande parte, não governados por leis ou regras criadas para focar direitos e valores, gerenciando o risco de que a competição leve a conflitos (ESTADOS UNIDOS, 2021).

Consequentemente, o conceito russo de modos e meios envolve operações de rede de computadores com

operações psicológicas, comunicações estratégicas, inteligência, contra-inteligência, maskirovka, desinformação, guerra eletrônica, enfraquecimento das comunicações,

degradação do suporte à navegação, pressão psicológica e destruição dos recursos de informática do inimigo. (MSHVIDOBADZE, 2011, tradução nossa)

A guerra de informação e a guerra psicológica virão antes de todas as formas e métodos de operações em guerras futuras para alcançar a superioridade em tropas e controle de armas e para corroer o moral e o espírito psicológico do pessoal das forças armadas e da população do lado oposto. De fato, a guerra de informação e as operações psicológicas estabelecem grande parte da base para a vitória. (CHEKINOV; BOGDANOV, 2015, p. 44; tradução nossa)

A Rússia realizou atividades de confronto de informação entre Estados e outros atores no espaço de informação com “o objetivo de causar danos aos sistemas, processos e recursos de informação, estruturas críticas, [e] minar os sistemas políticos e sociais para desestabilizar a sociedade e o Estado adversário como um todo” (NOGOVITZIN, 2009, p. 12). A informação de confronto é um conceito mais amplo do que as Operações de Informação, englobando a ação de outros atores na sociedade, o que significa uma luta multifacetada e multifatorial abrangendo “sistemas sociais, classes, nações [e] estados por meio de influências diplomáticas, políticas, informativas, psicológicas, financeiras, econômicas, conflitos armados e muitos outros tipos” para atingir objetivos estratégicos e políticos (SLIPCHENKO, 2013, p. 53; tradução nossa).

A China realizou atividades na zona cinzenta da informação e expandiu-se no Indo-Pacífico, na Antártida e no Ártico.

Essas atividades envolvem outros meios e modos, com formatos militares e não militares de assertividade e coerção, visando atingir objetivos estratégicos sem provocar conflitos. No Indo-Pacífico, essas atividades vão desde a militarização do Mar da China Meridional até a interferência ativa, campanhas de desinformação e coerção econômica. (AUSTRALIA, 2020, p. 5; tradução nossa)

A China é amplamente vista como o concorrente mais próximo dos Estados Unidos no mercado internacional de inteligência artificial. O Plano de Desenvolvimento de Inteligência Artificial da próxima geração de 2017 da China a descreve como uma tecnologia estratégica que se tornou o foco da concorrência internacional. Essas tecnologias poderiam ser usadas para combater a espionagem e ajudar alvos militares. Além disso, publicações de código aberto indicam que a China está desenvolvendo um conjunto de ferramentas de inteligência artificial para operações cibernéticas (ESTADOS UNIDOS, 2020b).

No Reino Unido, os meios das Operações de Informação estão no Conceito Operacional Integrado do Ministério da Defesa, que enfatiza a necessidade de integração em todos os domínios de combate, com diferentes atores, e também incorpora a capacidade cibernética sob o que é chamado de Integração Multidomínio. De acordo com a estratégia do Reino Unido, CP 411: “Nossas forças armadas devem ter as ferramentas e os recursos necessários para liderar, influenciar, fazer parcerias, dissuadir e, quando necessário, lutar para garantir que todo o Reino Unido e seus interesses sejam protegidos” (REINO UNIDO, 2021, p. 11; tradução nossa). Para Layton (2012),

o Reino Unido tem uma importante mudança estratégica em andamento que também envolve o desenvolvimento de recursos e sua alocação, uma combinação complexa que deve gerar a legitimidade e o *soft power* necessários para ser implementada com sucesso em tempos de paz.

Com base nos exemplos, pode-se concluir que os meios da Grande Estratégia de Operações de Informação têm um alcance expansivo e integrador nos modos de outros atores que abrangem o desenvolvimento dos recursos econômicos, demográficos, biológicos, ambientais e sociais de uma sociedade. A alocação desses recursos e do poder militar é a aplicação do poder nacional de forma unificada.

O papel da informação e das tecnologias da informação na competição estratégica e nas operações militares evoluiu consideravelmente, desafiando as capacidades tecnológicas de países como o Brasil e a Argentina. No início dos anos 2000, houve o crescimento da Internet, que havia se tornado uma ferramenta capaz de moldar a opinião pública e influenciar a política, a economia e a tomada de decisões militares. As novas tecnologias de informação deverão aumentar o volume de mídia, a precisão e a velocidade do compartilhamento, processamento e análise de dados. As discussões sobre tecnologias de informação avançadas que teriam um efeito significativo sobre o caráter das operações militares transformarão, em um futuro próximo, os conflitos militares convencionais em uma grande Guerra de Informação.

5 CONCLUSÃO

A análise apresentada aqui nos permite entender como o cenário estratégico internacional é seriamente afetado pela capacidade multidomínio das Operações de Informação. O Estado, como um importante ator realista, enfrenta o desafio de desenvolver uma Grande Estratégia de concorrência na dimensão da informação. O desenvolvimento de uma Grande Estratégia requer o exame de como os fins, os modos e os meios de fato operam em contextos contrastantes. A visão realista em que os interesses nacionais são definidos em termos de poder militar no cenário internacional não é mais suficiente. A ideia de uma Grande Estratégia exige a participação de diferentes atores na formulação de políticas estatais, incorporando o fenômeno da informação ao pluralismo de atores.

A primeira parte da análise levou à conclusão de que a existência do Estado ainda precisa ser garantida pelo poder militar, embora adaptado às possibilidades dos modos e meios do futuro. As ameaças interestatais continuam sendo uma questão muito atual e merecem atenção na estratégia militar de competição por recursos naturais e espaços territoriais. A teoria realista da existência do Estado é fundamental para entender que o objeto de referência da segurança será a integridade territorial do Estado, uma vez que é ele mesmo que pode, com base em sua posição no sistema, preservar os interesses da nação e, com eles, o bem-estar da sociedade. O processo institucional do Estado por meio do qual a estratégia é formulada precisa integrar os fins a uma combinação de recursos (materiais e sociais) que possam ser usados como instrumentos na implementação de uma Grande Estratégia.

O segundo ponto de conclusão é que há uma mudança nos modos e nos meios das ameaças e que elas não são apenas militares e entre Estados. Há uma grande mutação que considera a existência de novos atores, ameaças interconectadas e internacionalizadas, fazendo parte de uma grande Guerra de Informação de múltiplos domínios. Entretanto, cada país molda os modos e os

elementos dos recursos materiais e sociais de maneiras muito diferentes. As ameaças atravessam as instituições e exigem uma função integral para os meios de engajamento nacional. De acordo com os cenários estratégicos, as potências mundiais estão competindo no multidomínio e a ameaça transnacional é a competição por espaços que estão fora de uma jurisdição nacional, chamados *global commons*. Há uma grande dificuldade em definir as fronteiras militares na Guerra de Informação, ampliando as possibilidades de modos e meios em disputas na zona cinzenta do conflito e envolvendo diferentes setores não militares.

A terceira conclusão é que os meios de Operações de Informação estão entre as principais estratégias dos Estados para lidar com o problema, além do campo operacional militar. Dentro dos componentes (modos, meios e fins) da Grande Estratégia, o uso de outros modos e meios militares não cinéticos na estratégia dos EUA, do Reino Unido, da Rússia e da China, como a Guerra Cibernética, as Operações Psicológicas, a Guerra Eletrônica e a Comunicação, combinam-se com os meios nacionais para moldar a Grande Estratégia. Nesse cenário, o desafio para países como o Brasil e a Argentina é entender melhor como o confronto de informações opera na guerra multidomínio, as perspectivas de uma governança internacional eficaz do domínio da informação e as maneiras pelas quais o confronto de informações pode ser usado como um instrumento de *soft power*.

Portanto, os fins das ameaças realistas entre Estados persistem e as mudanças nos modos e meios das ameaças estatais e não estatais vieram para ficar nos *global commons*. As fronteiras estaduais não são uma barreira para a tecnologia e a transnacionalização da informação. O poder militar dos ativos de Operações de Informação pode agregar grande capacidade de defesa ao Estado e é por isso que eles estão sendo implementados no nível da Grande Estratégia de Estados que são grandes potências. A manutenção dos interesses nacionais realistas de países como o Brasil e a Argentina exige a adaptação da doutrina de defesa estratégica militar multidomínio, com o uso extensivo de Operações de Informação como base de sua grande estratégia.

AUTORIA E COLABORAÇÕES

Todos os autores participaram de modo equivalente na elaboração do artigo.

REFERENCIAS

AUSTRALIA. **2020 Defence Strategic Update**. Canberra: Australian Government Department of Defence, 2020.

BALZACQ, T.; DOMBROWSKI, P.; REICH, S. **Comparative Grand Strategy: A Framework and Cases**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BOBBIO, N. **Estado, gobierno y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BORRELL, J. J. Dimensiones del espacio geopolítico como categorías de análisis en materia de recursos naturales. **Casus Belli**, Buenos Aires, n. 1, p. 73–101, 2020. Disponível em: <https://fe.undef.edu.ar/publicaciones/ojs3/index.php/casusbelli/article/view/9>. Acesso em: 3 maio 2023.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the crisis of global power**. New York: Basic Books, 2012.

BUZAN, B. **People, States and Fear: an Agenda for International Security**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

CHA, V. Globalization and the Study of International Security. **Journal of Peace Research**, London, v. 37, n. 3, p. 391–403, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022343300037003007>. Acesso em: 3 maio 2023.

CHEKINOV, S. G.; BOGDANOV, S. A. “Прогнозирование характера и содержания войн будущего: проблемы и суждения” (Forecasting the nature and content of wars of the future: problems and assessments), *Voennaya Mysl'* (Military Thought), No. 10, p. 44-45, 2015.

COHEN, S. B. **Geopolitics. The geography of international relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

ESTADOS UNIDOS. **FM 3-13: Information Operations**. Washington, DC: Headquarters, Department Of The Army, 2016.

ESTADOS UNIDOS. **Advantage at Sea**. Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power. Washington, DC: Marine Corps and Coast Guard, 2020a. Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Dec/16/2002553074/-1/-1/0/TRISERVICESTRATEGY.PDF>. Acesso em: 3 maio 2023.

ESTADOS UNIDOS. **Emerging Military Technologies**: background and Issues for Congress. Congressional Research Service. Washington, DC: Congressional Research Service, 2020b. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46458>. Acesso em: 3 maio 2023.

ESTADOS UNIDOS. **Summary of the irregular warfare annex to the national defense strategy**. Washington, DC: Department of Defense, 2020c. Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Oct/02/2002510472/-1/-1/0/Irregular-Warfare-Annex-to-the-National-Defense-Strategy-Summary.PDF>. Acesso em: 3 maio 2023.

ESTADOS UNIDOS. **Renewing america's advantages**. Interim National Security Strategic Guidance. Washington, DC: The White House, 2021.

GILES, K. **Manual de guerra de información russa**. Roma: NATO Defense College, 2016.

HOBBS, T. **Leviatan**. O la materia, forma y poder de una república eclesiástica y civil. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

KOUTOUDJIAN, A.; CURTI, S. **La geopolítica de sudamérica en los últimos años**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2015.

LAYTON, P. The idea of Grand Strategy. **The RUSI Journal**, London, v. 157, n. 4, 2012. Disponível: <https://rusi.org/explore-our-research/publications/rusi-journal/idea-grand-strategy>. Acesso em: 3 maio 2023.

LIANG, Q.; XIANGSUI, W. **La guerra más allá de los límites**. Beijing: PLA Literature & Art Publishing House, 1999.

MILANI, C. R.; NERY, T. Brazil. **In: BALZACQ, T.; DOMBROWSKI, P.; REICH, S. Comparative Grand Strategy: a framework and cases**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

MØLLER, B. Conceptos sobre seguridad: nuevos riesgos y desafíos. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 36, n. 143, p. 769–792, 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2651089>. Acesso em: 3 maio 2023.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília, DF: Editora UnB, 2003.

MSHVIDOBADZE, K. El campo de batalla en tu computadora portátil. **Radio Free Europe/Radio Liberty**, Praga, 21 mar. 2011. Disponível em: <http://www.rferl.org/articleprintview/2345202.html>. Acesso em: 3 maio 2023.

NOGOVITZIN, A. **In: Grisé, Michelle, Alyssa Demus, Yuliya Shokh, Marta Kepe, Jonathan W. Welburn, and Khrystyna Holynska, Rivalry in the Information Sphere: Russian Conceptions of Information Confrontation**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2022. Disponível: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RRA198-8.html. Acesso em: 3 maio 2023.

OROZCO, G. El concepto de la seguridad en la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 72, p. 161-180, 2006. Disponível em: https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionales/el_concepto_de_la_seguridad_en_la_teor%C3%ADa_de_las_relaciones_internacionales. Acesso em: 3 maio 2023.

REINO UNIDO. Parliament by the Secretary of State for Defence by Command of Her Majesty. **Defence in a competitive age**: CP 411. London: Ministry of Defence, 2021. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/974661/CP411_-_Defence_Command_Plan.pdf. Acesso em: 3 maio 2023.

SANDLER, T. After the Cold War, secure the global commons. **Challenge**, Abingdon, v. 35, n. 4, p. 16–23, 1992. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/05775132.1992.11471599>. Acesso em: 3 maio 2023.

SILOVE, N. Beyond the Buzzword: The Three Meanings of “Grand Strategy”. **Security Studies**, Abingdon, v. 27, n. 1, p. 27–57, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2017.1360073>. Acesso em: 3 maio 2023.

SLIPCHENKO, V. Information Resources and Information Confrontation. **Army Digest**, Moscou, n. 10, p. 52–57, 2013.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The military balance 2021**. London: Routledge, 2021.

VAN CREVELD, M. **La transformación de la guerra**. La más radical reinterpretación del conflicto armado desde Clausewitz. Buenos Aires: Jose Luis Uceda, 2007.

VERGARA, E. D.; TRAMA, G. A. **Operaciones Militares Cibernéticas**: planeamiento y Ejecución en el Nivel Operacional. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Conjunta de las Fuerzas Armadas, 2017.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. Esbozo de sociología comprensiva. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEBER, M. **El político y el científico**. Madrid: Alianza Editorial, 1967.